

DESAFIOS E PRESSUPOSTOS ATUAIS DA ALFABETIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

CURRENT CHALLENGES AND ASSUMPTIONS OF LITERACY
IN YOUTH AND ADULT EDUCATION

Jaqueline Luzia da Silva

Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ
jaquelineldasilva@gmail.com

RESUMO

Este estudo tem por objetivo discutir a atualidade da alfabetização de jovens e adultos, à luz da contextualização de seus conceitos, princípios e práticas. A partir de um estudo exploratório, de natureza qualitativa, tece-se a análise sobre a ausência de políticas voltadas à Educação de Jovens e Adultos (EJA) no âmbito federal, em diálogo com autores que tratam do tema da alfabetização, com vistas a problematizar o seu lugar na EJA, apresentando alguns de seus desafios e pressupostos. As conclusões do estudo apontam para a necessidade de maior visibilidade da EJA nas políticas públicas educacionais, bem como um esforço para que as práticas pedagógicas visem a elaboração do sistema de escrita alfabético e a maior familiaridade entre as diversas práticas sociais de uso da linguagem.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos; alfabetização; direito à educação; escolarização; políticas públicas educacionais.

ABSTRACT

This study aims to discuss the current situation of youth and adult literacy in light of the contextualization of its concepts, principles and practices. Based on an exploratory study, of a qualitative nature, an analysis is made about the absence of policies aimed at Youth and Adult Education (YAE) at the federal level, in dialogue with authors who deal with the subject of literacy, with the purpose of problematizing its place in the YAE, presenting some of its challenges and assumptions. The conclusions of the study point to the need for greater visibility of EJA in public educational policies, as well as an effort to ensure that pedagogical practices are aimed at the elaboration of the alphabetic writing system and greater familiarity among the various social practices of language use.

Keywords: Youth and Adult Education; literacy; right to education; schooling; educational public policies.

Introdução

Refletir sobre a atualidade da alfabetização na Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil significa reconhecer e problematizar os dados sobre a taxa de analfabetismo da população acima de 15 anos de idade, que são da ordem de 6,8%, o que equivale a 11 milhões e 300 mil pessoas (IBGE, 2018). Além disso, 29% são consideradas analfabetas funcionais¹, indicando que o Brasil está longe de cumprir a meta nove do Plano Nacional de Educação (PNE), que visa erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional até o final da vigência do PNE, no ano de 2024 (BRASIL, 2014).

Outro fator importante no reconhecimento da atualidade da alfabetização na EJA diz respeito aos índices de matriculados na modalidade. Dados do Censo Escolar da Educação Básica 2019 apontam que houve uma redução no número de matrículas na Educação de Jovens e Adultos de 7,7% em relação ao ano de 2018, apresentando um total de 3.273.668 estudantes matriculados (INEP, 2020). Apenas observando os dados de matrículas é possível inferir que a EJA não consegue atingir os mais de 11 milhões de brasileiros não alfabetizados.

A Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade de ensino da Educação Básica nos níveis fundamental e médio, com características próprias (modelo pedagógico, currículo, material didático, tempos, espaços, processos avaliativos próprios) e funções definidas que objetivam o alcance de um direito negado historicamente, além de igualdade de acesso, condições de permanência e aprendizagens significativas na escola, de jovens, adultos e idosos, com trajetórias escolares prévias ou não. Ela também compreende o que se denomina aprendizagem ao longo da vida, no contexto da educação continuada, no sentido da garantia do direito de todos à educação. Assim, a EJA é uma exigência da própria sociedade, alijada historicamente do direito à educação escolar.

O governo federal, sistemas de ensino e educadores populares começaram a investir na educação para jovens e adultos no Brasil a partir da década de 1940, embora algumas práticas nesse sentido já tivessem sido executadas anteriormente. Inicialmente, este investimento foi realizado através de campanhas de educação de adultos, mas educadores populares assumiram também o papel de pensar uma educação voltada para esta população. Hoje, a Educação de Jovens e Adultos é praticada dentro dos sistemas de ensino, mas também acontece nos diversos espaços sociais de formação humana, para além da escola.

Muitos programas, projetos e políticas de EJA concentraram seus esforços na alfabetização, nem sempre continuados pela ampliação da escolarização dos sujeitos que eram atendidos. E até hoje ainda é possível verificar práticas de EJA resumidas à alfabetização, sem o reconhecimento legal de oferecimento obrigatório e gratuito de Educação Básica a toda a população (BRASIL, 2013).

Esses dados de analfabetismo da população jovem, adulta e idosa, atrelados aos dados de baixa taxa de matrículas na Educação de Jovens e Adultos, são consequências da ausência da EJA nas políticas públicas educacionais atuais. Nos últimos anos, assiste-se no Brasil a uma enorme destituição de direitos sociais, dentre eles, o direito à educação escolar, garantido constitucionalmente, como direito público subjetivo (BRASIL, 1988), mas ainda não efetivado na prática para todos aqueles sujeitos que dela necessitam.

1 Analfabetas funcionais são aquelas pessoas que conseguem apenas localizar informações em textos curtos e realizar operações simples de matemática, além ter cursado somente os anos iniciais do Ensino Fundamental, ou seja, têm menos de cinco anos de estudos completos, segundo o INEP (HADDAD e SIQUEIRA, 2015).

Um acontecimento recente que marca a ausência da EJA nas políticas públicas ocorreu em junho de 2016, quando o ministro da Educação do Governo Interino de Michel Temer, Mendonça Filho, exonerou, no dia primeiro de junho, 23 assessores técnicos ligados à Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi). As exonerações afetaram, sobretudo, as atividades do Fórum Nacional de Educação, cujo objetivo era mediar a interlocução e promover a participação e controle social, tanto na concepção, implementação, como na avaliação da política nacional de educação.

Criada em julho de 2004, no Governo de Luiz Inácio Lula da Silva, a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad), logo depois denominada Secadi, pois incorporou a vertente da *inclusão*, era mais do que apenas uma secretaria, visto que representou todo um esforço do novo governo em promover a EJA, em consonância com a Constituição Federal (BRASIL, 1988) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9394/1996 (BRASIL, 1996). Não só para a EJA, porque a Secadi, em articulação com os sistemas de ensino, implementou políticas educacionais nas áreas de alfabetização, educação ambiental, educação em direitos humanos, educação especial, do campo, escolar indígena, quilombola e educação para as relações étnico-raciais. Possuindo uma Diretoria de Políticas de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos (DPAEJA), tinha por objetivo traçar diretrizes políticas e pedagógicas para os programas, incentivando a continuidade dos estudos. Nela estavam reunidos o Programa Brasil Alfabetizado, o Programa Nacional do Livro Didático para EJA (PNLD EJA), o Concurso Literatura para Todos, a educação em contextos de privação de liberdade e a Medalha Paulo Freire.

Tão logo assumiu o Ministério da Educação (MEC), em 2019, no Governo de Jair Bolsonaro, o atual ex-ministro da educação, Ricardo Vélez Rodríguez, extinguiu a Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (SASE) e dissolveu a Secadi. Em seu lugar, foram criadas duas novas secretarias: a Secretaria de Alfabetização e a Secretaria de Modalidades Especializadas da Educação. Contudo, essas duas secretarias não assumiram a condução da Educação de Jovens e Adultos no país.

Outro setor importante para a EJA, no interior do Ministério da Educação, era a Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos (Cnaeja). Criada também no Governo Lula, em 2003, a Cnaeja era formada por representantes de órgãos governamentais e não governamentais, que se reuniam periodicamente, acompanhavam e avaliavam as ações de alfabetização e Educação de Jovens e Adultos. A Cnaeja teve papel importante na condução da EJA no Brasil até o ano de 2019 quando, no dia 11 de abril, o Governo Jair Bolsonaro extinguiu, por meio do Decreto n. 9759, mais de 50 conselhos e comissões da administração federal que não tinham sido criados por lei, todos eles com participação da sociedade civil. Uma destas comissões foi a Cnaeja. As extinções da Secadi e da Cnaeja afirmam que, no atual governo federal, não há nenhuma secretaria, departamento ou setor responsável pela EJA no MEC.

Com relação à alfabetização de jovens e adultos, um grande desafio atual é a Política Nacional de Alfabetização (BRASIL, 2019), do governo Bolsonaro, implementada em abril de 2019, que marca a proposta deste governo e, mais uma vez, invisibiliza a educação e a alfabetização de jovens e adultos. O documento, de 54 páginas, fala sobre a alfabetização de jovens e adultos em apenas uma página, na qual reduz a EJA somente à dissemelhança com a alfabetização para crianças, sem problematizar o que é a alfabetização na modalidade. A Política Nacional de Alfabetização reforça o *não lugar* da EJA no Ministério da Educação que temos hoje e a ausência de uma política pública que contribua para a reversão do quadro de analfabetismo e baixa escolaridade das pessoas com mais de 15 anos de idade.

Além dos motivos expostos, a discussão sobre a alfabetização na EJA passa também pela análise da construção social do preconceito contra o analfabeto na história brasileira, uma história de exclusão e negação de direitos (VÓVIO, 2009; GALVÃO e DI PIERRO, 2007). Este preconceito, presente até hoje em nossa sociedade, não legitima a cultura da classe trabalhadora e ainda culpabiliza o sujeito pela sua baixa escolarização, sem reivindicar o direito social à educação (FERREIRA *et al.*, 2013). É preciso enfrentar estes índices reconhecendo que esta situação de analfabetismo é fruto da extrema desigualdade social deste país e não tem origem nos sujeitos, mas na estrutura social excluente em que vivemos (HADDAD e SIQUEIRA, 2015).

O principal objetivo do presente artigo é discutir a atualidade da alfabetização de jovens e adultos, à luz da contextualização de seus conceitos, princípios e práticas. A metodologia, de natureza qualitativa, se caracteriza como um estudo exploratório que parte de levantamento bibliográfico de trabalhos científicos e acadêmicos sobre a alfabetização, descrevendo-a e discutindo seu papel na EJA. Com vistas a problematizar a necessidade e o lugar da alfabetização nesta modalidade, o referencial teórico do trabalho dialoga com autores como Galvão e Di Pierro (2007); Vóvio (2009); Calháu (2014); Freire (1999; 2000; 2002); Zaccur (2015), dentre outros, apontando alguns dos principais desafios e pressupostos para a ação pedagógica.

Questões atuais da alfabetização de jovens e adultos

Uma reflexão que se faz necessária é sobre o que se considera por alfabetização de jovens e adultos, quais conceitos conduzem esse processo. O que se compreende por alfabetização não é mais o que se compreendia no início do século XX, onde bastava que se assinasse o próprio nome para que uma pessoa fosse considerada alfabetizada. E também não é a alfabetização das décadas de 1980 e 1990, na qual bastava que se escrevesse um bilhete simples para que o cidadão fosse alfabetizado. Até hoje esse critério ainda é considerado relevante, além dos anos de escolaridade cursados com certificação (GALVÃO e DI PIERRO, 2007).

A alfabetização, em uma compreensão atual, vai muito além da codificação e da decodificação como produto de aquisição da leitura e da escrita. A alfabetização é vista como um processo e não um produto (SOARES, 2004; COSTA e OLIVEIRA, 2011). Um processo de elaboração do sistema de escrita alfabética, que não se resume a reconhecer letras e sons, mas implica em conhecer o funcionamento da língua em todas as suas dimensões, ler e compreender o que se lê; e organizar as ideias por meio da escrita, com todas as suas convenções, adequando sua escrita à situação de comunicação e aos critérios estabelecidos (SPALA, MACHADO e LOPES, 2018). Essa compreensão requer mudanças, por exemplo, na formação docente (inicial e permanente) para a atuação em turmas de alfabetização, tanto para crianças quanto para jovens, adultos e idosos.

Outra reflexão importante diz respeito ao que se compreende por alfabetização na EJA hoje, que vai muito além de uma aquisição mecânica de um código, da decifração instrumental e técnica de um código, pois necessita considerar os contextos de produção de leitura e de escrita, priorizando textos reais e reconhecendo os saberes prévios sobre a língua e os saberes da cultura que estes sujeitos já detêm antes do acesso à escola (ALBUQUERQUE, MORAIS e FERREIRA, 2013). Neste sentido, é preciso repensar a condução pedagógica das ações educativas e isso implica na reconstrução da escola oferecida para os sujeitos da EJA.

Esse processo, de acordo com as demandas atuais, segundo Cláudia Vóvio (2009), necessita estabelecer conexão com processos formativos diversos, para o desenvolvimento comunitário, a formação política, a geração de emprego e renda, entre outras questões. Por isso, não basta “dominar” o código da escrita, pois um dos principais objetivos da alfabetização na EJA é que as pessoas tenham a possibilidade de transitar com familiaridade entre as diversas práticas sociais de uso da linguagem e em diferentes instituições. Aqui se compreende a alfabetização em um sentido ampliado, que não se resume à leitura e à escrita, ou seja, a um treino de habilidades, mas aos usos sociais da leitura e da escrita, como práticas de letramento, em diálogo com as motivações trazidas pelos educandos ao contexto de aprendizagem.

Esse sentido ampliado da alfabetização visa formar sujeitos da escrita num mundo que está se transformando radicalmente, em termos de comunicação, cidadania e expressão de subjetividades. Por isso, as reflexões de Socorro Calháu (2014), nos interpelam a questionar sobre como impregnar de sentido as práticas e as ações cotidianas, no tempo presente; como trabalhar a dimensão ética e como formar para a autonomia e a emancipação social no mundo contemporâneo. Essas interpelações ajudam a pensar e questionar um novo sentido da alfabetização, pois atualiza a discussão, em diálogo com as demandas atuais trazidas pelos sujeitos à escola. São demandas que questionam a própria escola e os objetivos da alfabetização, e se correlacionam às motivações dos sujeitos quando nela se matriculam, no intuito da formação humana e integral.

Assim sendo, o processo de alfabetização necessita ser concebido como uma formação que está alicerçada na aprendizagem da leitura/interpretação de texto, na produção textual, na análise linguística e na sistematização de conteúdos específicos. Nesta concepção, a alfabetização é vista como um “processo que não apenas desenvolve habilidades de processar informação a partir de diversos tipos de texto, mas também que promove atitudes favoráveis à leitura como um veículo de aquisição de novos conhecimentos e desenvolvimento cultural” (COSTA e OLIVEIRA, 2011, p. 124).

Diante dessa explicitação, a alfabetização na EJA requer a promoção da leitura e a interpretação e a produção de uma ampla diversidade de textos, o enfrentamento de variadas situações comunicativas, o reconhecimento dos desafios que se colocam ao produzir uma mensagem escrita, como por exemplo, a grafia, a organização textual, o vocabulário, o uso da pontuação etc. Além disso, requer a reflexão sobre a linguagem, para a comunicação e a interação entre as pessoas (VÓVIO, 2009).

Para tanto, é necessária a reflexão sobre os princípios da alfabetização na EJA. E um primeiro princípio é conhecer a realidade dos sujeitos com os quais trabalhamos. Paulo Freire (2000) afirma a importância do saber teórico-prático da realidade concreta em que os professores trabalham. Para Freire, é fundamental a abertura à realidade dos educandos com quem os professores partilham sua atividade pedagógica. Para o conhecimento e reconhecimento da realidade em que se atua, é importante que os educadores saibam quem são seus alunos; o que eles fazem; em que trabalham; como são constituídas as suas famílias; onde nasceram; como é a comunidade em que moram; o que eles sabem sobre o sistema de escrita alfabética; o que eles não sabem sobre o sistema de escrita alfabética; quais são suas motivações para se matricular na escola da EJA; quais são suas trajetórias escolares e quais são suas experiências de vida.

Freire (2000) salienta que a importância desse conhecimento/reconhecimento da realidade, isto é, a diminuição da distância que separa o educador das condições de vida dos estudantes, tem como objetivo a mudança do mundo, no sentido da superação das estruturas injustas, de intervenção e não da sua imobilização. Se aproximar da realidade dos educandos é também uma decisão ético-política, de ir ao encontro do outro para compreendê-lo em suas especificidades. Não se trata, segundo Freire, de uma questão geográfica, mas da diminuição da estranheza do professor à realidade dos educandos.

Outro princípio da alfabetização, além do conhecimento da realidade, é a constituição de uma prática pedagógica dialógica. Somente com a Pedagogia do Diálogo, muito bem discutida por Freire (2000), é possível estabelecermos aprendizagens significativas. E o diálogo preconiza ouvir e falar *com* o outro, dando atenção a ele e valorizando a sua fala, a sua cultura e a sua história. É do diálogo vivo em sala de aula que partirão os conteúdos da alfabetização. Para tecer uma pedagogia dialógica na ação educativa, Freire afirma a necessidade da abertura respeitosa aos outros e essa abertura pode ser objeto da reflexão crítica dos educadores que, reconhecendo-se inacabados, reconhecem também a possibilidade da formação a partir da relação com os outros sujeitos.

De acordo com os estudos de Edwiges Zaccur (2015), há muitos alfabetizadores que realizam trabalhos que partem das histórias de vida dos educandos, primeiro a partir da contação oral destas histórias e depois com o registro por escrito. E estas histórias se tornam os textos da alfabetização e auxiliam no processo. Esse trabalho envolve outras aprendizagens, que partem da oralidade dos sujeitos.

A autora defende a importância de que a linguagem oral seja valorizada, tanto quanto a linguagem escrita. A fala e a tradição oral dos sujeitos da EJA não podem ser minimizadas pelo currículo escolar, porque essa cultura oral está repleta de experiências de vida e de saberes. Os sujeitos da EJA trazem para a escola a cultura de seus grupos sociais, do contexto em que vivem, do mundo do trabalho. E só em diálogo com estas diversas culturas é possível reconhecer as necessidades reais destes sujeitos, em encontro às demandas sociais atuais para a construção de novos conhecimentos e de saberes significativos (ZACCUR, 2015).

As questões atuais da alfabetização na EJA perpassam essas reflexões, que requerem o enfrentamento do preconceito contra os sujeitos pouco escolarizados, compreendendo a estrutura social desigual que compõe a sociedade atual. Romper com preconceitos e estereótipos atribuídos aos sujeitos da EJA é um passo importante para reconhecê-los como centro do processo educativo, valorizar sua história e sua cultura e contribuir com a elaboração do sistema de escrita alfabética por parte destes educandos. Entretanto, essa compreensão enfrenta muitos limites e desafios impostos pela realidade política e social em que vivemos.

Alguns desafios atuais da alfabetização de jovens e adultos

Um grande desafio atual da Educação de Jovens e Adultos é a ausência de ações das políticas públicas para o fomento e a manutenção dessa modalidade, por parte do governo federal. Essa ausência tem como consequência a invisibilidade da EJA nas políticas implementadas pelos sistemas estaduais e municipais de ensino. Advindos dessa questão, o acesso à escola, a formação docente e a qualidade do oferecimento da educação escolar são outros desafios atuais enfrentados pela EJA.

Sobre o acesso destes cidadãos à escola, cabe questionar que não basta criar a vaga na escola para que eles estudem. É preciso repensar sobre como estes sujeitos chegarão às escolas. Muitas redes, secretarias e escolas fazem a chamada pública para o preenchimento das vagas, com cartazes afixados nas escolas. Entretanto, esse tipo de aviso não consegue alcançar as pessoas não alfabetizadas. Seria muito mais eficaz que se estimulasse o preenchimento das vagas nas reuniões de responsáveis, por meio da rádio ou do jornal comunitários ou até mesmo da propaganda boca a boca. Pois, muitas vezes, a própria comunidade (pais, mães, avós e outros familiares das crianças) desconhece que aquela escola oferece Educação de Jovens e Adultos no período noturno.

Sem a informação sobre a oferta de vagas para a EJA, o acesso sofrerá sempre uma precarização, o que, na prática, tem correspondido ao fechamento de turmas e escolas que oferecem a modalidade.

Outro desafio é a questão da formação docente. Alfabetizar na EJA é uma tarefa complexa, que necessita de uma formação docente bem elaborada e alicerçada no reconhecimento da realidade da EJA com a qual os professores irão trabalhar. Neste sentido, é preciso problematizar a maneira como os alfabetizadores se formam e o que se espera desta formação.

Vóvio (2009) afirma a importância de uma formação que proporcione um papel investigativo, criativo e reflexivo sobre as suas práticas. E que os educadores também estabeleçam interações com os estudantes, respeitando sua cultura, seus valores, seu processo de aprendizagem, desnaturalizando preconceitos e estereótipos. O que se propõe é um processo de formação conectado aos interesses e às necessidades dos educadores. Para tanto, é possível pensar uma formação que parta dos professores e das reais condições em que se encontram nas escolas, sem que haja qualquer imposição sobre suas práticas.

As reflexões de Spala, Machado e Lopes (2018) vão por esse caminho. As autoras enfatizam que, muito mais do que focar na eleição de um método de trabalho, a formação docente de alfabetizadores precisa partir de pressupostos e princípios que produzam práticas autorais e preservem a autonomia do professor. Esse caminho conduz a reflexões sobre suas ações pedagógicas e sobre a relação que estabelecem com os estudantes. As trocas formativas na própria escola, compreendida também como um espaço de produção de conhecimentos e teorias, conduz a um movimento de construção desses pressupostos e princípios da alfabetização.

As questões atuais pressupõem um processo de formação permanente, tanto no coletivo, quanto individualmente, resgatando o papel do professor-pesquisador. Nesse contexto, a formação necessita dialogar com a sua atuação profissional e com o desenvolvimento de práticas pedagógicas que respondam a um conceito ampliado de alfabetização e às demandas educativas dos sujeitos da EJA.

Ferreira *et. al* (2013) relatam, a partir da pesquisa com professoras alfabetizadoras da EJA, o quanto ainda é necessário um repensar das práticas pedagógicas. A pesquisa realizada revelou que as ações pedagógicas eram muito mais baseadas em cópias, exercícios de repetição e textos extraídos de cartilhas infantis do que na reflexão sobre o sistema de escrita alfabético. Diante destas constatações, os autores afirmam a importância de um trabalho significativo da alfabetização na EJA, em uma perspectiva de letramento, que considere os saberes prévios dos estudantes sobre a leitura e a escrita para fazê-los avançar no processo de alfabetização.

Outro desafio enfrentado pela modalidade é a invisibilidade da alfabetização de jovens e adultos na Política Nacional de Alfabetização (BRASIL, 2019). O *não lugar* da EJA neste documento pode ter consequências limitantes à condução da alfabetização de jovens e adultos como política pública, pois não diz como deve ser construído esse processo e não traça as especificidades da prática alfabetizadora na EJA. Assim sendo, tende a relegar o trabalho dos alfabetizadores a uma reprodução do que pode ser realizado na alfabetização de crianças.

Essa invisibilidade da alfabetização na EJA, no documento citado, atrelada à extinção da Secadi e da Cnaeja no Ministério da Educação, tem como consequência a limitação de recursos para a modalidade, bem como de orientações para o trabalho das secretarias estaduais e municipais de ensino, no que diz respeito à estrutura das escolas, ao material didático, ao currículo, aos processos avaliativos, dentre outras questões.

O enfrentamento dos desafios apresentados passa pela luta coletiva de educadores envolvidos com a EJA, no intuito de tensionar as políticas públicas para o reconhecimento e a legitimação da modalidade como direito à educação. Esta luta vem ao encontro de uma importante crítica tecida por Freire (2002, p. 58):

Na medida em que tenho mais e mais clareza a respeito de minha opção, de meus sonhos, que são substantivamente políticos e adjetivamente pedagógicos, na medida em que reconheço que, enquanto educador, sou um político, também entendo melhor as razões pelas quais tenho medo e percebo o quanto temos ainda de caminhar para melhorar nossa democracia. É que, ao pôr em prática um tipo de educação que provoca criticamente a consciência do educando necessariamente trabalhamos contra alguns mitos que nos deformam. Ao contestar esses mitos enfrentamos também o poder dominante, pois que eles são expressões desse poder, de sua ideologia.

O compromisso político de educadores impulsiona e contribui para a reflexão sobre a realidade da EJA e o sentido democrático desse movimento permite vislumbrar algumas pistas de ação para o trabalho com a alfabetização de jovens e adultos.

Pressupostos para o trabalho com a alfabetização de jovens e adultos

É preciso problematizar, na prática pedagógica da alfabetização na EJA, as exigências sociais atuais, pois estas requerem dos sujeitos um processo de objetivação da linguagem e do mundo, visto que eles necessitam “aprender a adotar uma posição de exterioridade com relação à situação material de comunicação, posição que geralmente não é requisitada pelas situações de produção oral” (MUGRABI, 1999 *apud* COSTA e OLIVEIRA, 2011, p. 130). Assim, há exigências sociais atuais com relação à leitura e à escrita que alteram formas de apropriação dos conhecimentos e que vão sendo atualizadas para novos tempos. Essas aprendizagens ocorrem em diferentes tempos e espaços, não se limitando a uma idade determinada, nem apenas ao espaço escolar.

Os pressupostos para o trabalho com a alfabetização de jovens e adultos se abrem à compreensão de um sentido ampliado da educação, que se dá nos diversos espaços sociais de formação humana, sendo a escola um destes espaços. Portanto, educadores e educandos estão todos em processo de aprendizagem, de aprendizagens diversas, nos locais que frequentam e nas relações com os outros (VÓVIO, 2009). Esse sentido ampliado da educação reconhece-a como processo de construção de conhecimentos e aprendizagens, que ocorre como educação permanente.

Outra concepção importante é o reconhecimento da EJA como o lugar da diversidade (CALHÁU, 2014). Nela estão presentes diferentes sujeitos, com diferenças etárias, de gênero, étnicas, de locais de procedência, de religiões, constituições familiares, trajetórias escolares, escolaridade dos pais, de acesso à tecnologia, de inserções e não inserções no mundo de trabalho etc. Por isso não podemos homogeneizar esses sujeitos, nem invisibilizar suas práticas sociais, mas reconhecê-los nas suas especificidades, enfrentando a diversidade da realidade e reconhecendo a identidade deles.

Assim sendo, as práticas pedagógicas não podem ser pautadas em instrumentos pedagógicos únicos, que não levam em consideração o processo de aprendizagem individual dos sujeitos, e acabam por conduzir ao fracasso escolar. Por isso, é fundamental que educadores e gestores da EJA entendam como estes sujeitos aprendem, como constroem conhecimentos e como articulam estas aprendizagens com/em seu cotidiano (LEAL e MORAIS, 2013). A prática educativa na EJA não pode ser um instrumento de exclusão, mas de formação humana e integral, de garantia do direito à educação.

Nessa concepção, evidencia-se o papel central do sujeito, de suas ações e de sua participação nas atividades de aprendizagem compreendida, então, como um processo ocorrendo ao longo do tempo, que pressupõe avanços e recuos, erros e acertos. Não há, como na tradição comportamentalista, a possibilidade de redução a avaliações dicotômicas, do tipo: aprendeu ou não aprendeu. Aprender envolve mudança, em especial, aquelas que caracterizam a emergência de novidades, em que aparecem condutas que indicam novas formas de ver, pensar, fazer ou falar. (SCHNEIDER, 2020, p. 78)

Por isso, a aprendizagem na EJA reafirma a formação humana e integral dos sujeitos, em processo de mudança e contato com novas maneiras de ver, pensar, fazer ou falar, objetivando a construção de conhecimento, a troca de experiências e uma nova relação com a instituição escolar. Compreender a especificidade pedagógica da aprendizagem dos sujeitos da EJA significa colocá-los como centro do processo educativo, promovendo a reconstrução de suas identidades singulares (COSTA e OLIVEIRA, 2011). Aprender, neste sentido, é muito mais do que assimilar conteúdos curriculares, realizar atividades e certificar-se.

A centralidade do educando no processo de alfabetização visa a formação do sujeito da escrita, em que este se reconheça como produtor de cultura capaz de impregnar de sentido as práticas no tempo presente, em que a leitura e a escrita sejam instrumentos de autonomia e emancipação social, e não de domesticação. E que a formação crítica valorize sua cultura, seus saberes prévios e suas singularidades (CALHÁU, 2014).

Esse sentido da alfabetização traz para o trabalho em sala de aula possibilidades de articulação entre as aprendizagens escolares e a experiência existencial do alfabetizando, ressignificando o papel da escola na EJA.

- 1.
2. Só assim nos parece válido o trabalho da alfabetização, em que a palavra seja compreendida pelo homem na sua justa significação: como uma força de transformação do mundo. Só assim a alfabetização tem sentido. Na medida em que o homem, embora analfabeto, descobrindo a relatividade da ignorância e da sabedoria, retira um dos fundamentos para a sua manipulação pelas falsas elites. Só assim a alfabetização tem sentido. (FREIRE, 1999, p. 150)

Os possíveis caminhos para uma alfabetização que tenha este caráter, apontado por Freire, passam pelo reconhecimento da realidade dos estudantes, de quem são e do que fazem, a partir de uma pedagogia dialógica, baseada em uma educação que contribua para a conscientização de sujeitos que se sintam capazes de lutar por uma estrutura social mais justa e solidária.

Considerações finais

A análise do levantamento bibliográfico de trabalhos científicos e acadêmicos, promovida neste estudo, pressupõe o enfrentamento dos índices de analfabetismo de brasileiros acima dos 15 anos de idade, além de reafirmar a importância da investigação sobre a atualidade da alfabetização na EJA. Considera-se aqui um processo de alfabetização que, partindo da realidade dos estudantes e baseado em uma pedagogia dialógica, pressuponha a elaboração do sistema de escrita alfabética que contribua para a construção de conhecimentos sobre a leitura e a interpretação de textos, a produção textual, a análise linguística e a sistematização de conteúdos específicos, o que corresponde a um processo ampliado de educação, como formação humana e integral.

Para uma prática pedagógica de alfabetização na EJA que corresponda a estes princípios, contribuindo para a construção de emancipação dos educandos, torna-se importante a preocupação com o processo de formação docente, que trabalhe com o reconhecimento da realidade da modalidade, ao mesmo tempo em que contribua para a autonomia e a produção de práticas pedagógicas autorais e compromissadas com uma educação permanente.

Para o enfrentamento dos desafios aqui apresentados, tornam-se cada vez mais necessárias ações que visibilizem a EJA para a sociedade e para os governos, retomando a importância da educação para esses sujeitos como um direito, não como favor. É imprescindível a valorização das especificidades da modalidade; a formação de educadores alicerçada na realidade da EJA; o financiamento necessário; a elaboração de materiais adequados às demandas dos estudantes; um olhar sensível para as motivações dos sujeitos atendidos; processos avaliativos mais democráticos e inclusivos, dentre outros fatores.

A luta por políticas públicas que invistam na Educação de Jovens e Adultos tem como atores muitos movimentos de educadores comprometidos com a qualidade do oferecimento dessa modalidade. Dentre eles, encontram-se os fóruns de EJA, espalhados por todos os estados do Brasil, que se constituem em espaços de debate e reivindicação dos direitos dos sujeitos da EJA, congregando diferentes segmentos que atuam na área, dos sistemas públicos e privados de ensino, mas também dos movimentos da sociedade civil.

Reivindicar o direito à educação escolar para os educandos da EJA, bem como a uma alfabetização de qualidade, significa questionar práticas preconceituosas e desrespeitosas para com esses sujeitos e, ao mesmo tempo, priorizar a contribuição para sua autonomia. As questões atuais da alfabetização na EJA encaminham práticas emancipadoras, que considerem e valorizem os cidadãos envolvidos.

Referências

ALBUQUERQUE, Eliana Borges Correia de; MORAIS, Artur Gomes de; FERREIRA, Andréa Tereza Brito. A relação entre alfabetização e letramento na Educação de Jovens e Adultos: questões conceituais e seus reflexos nas práticas de ensino e nos livros didáticos. In: LEAL, Telma Ferraz; ALBUQUERQUE, Eliana Borges Correia de; MORAIS, Artur Gomes de (Orgs.). *Alfabetizar letrando na EJA: fundamentos teóricos e propostas didáticas*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Alfabetização. *PNA: Política Nacional de Alfabetização*. Brasília: MEC, SEALF, 2019. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/images/banners/caderno_pna_final.pdf Acesso em: 15 nov. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. *Lei n. 12.796, de 4 de abril de 2013. Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências*. Brasília: MEC, 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12796.htm Acesso em: 17 nov. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. *Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014. Institui o Plano Nacional de Educação – PNE (2014-2024)*. Brasília: MEC, 2014. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/> Acesso em: 17 nov. 2020.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 10 nov. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – n. 9394/96. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. Brasília, DF: Senado Federal, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm Acesso em: 11 nov. 2020.

CALHÁU, Socorro. Formação do sujeito da escrita: onde poder se dizer é poder ser. In: COSTA, Renato Pontes; VIANNA, Valéria Mendonça. (Orgs.). *Entrelaçando olhares por uma educação planetária*. Rio de Janeiro: Caetés, 2014.

COSTA, Cristiane Dias Martins da; OLIVEIRA, Paula Cristina Silva de. Alfabetização, letramento e Educação de Jovens e Adultos. In: SOARES, Leôncio (Org.). *Educação de Jovens e Adultos: o que revelam as pesquisas*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

FERREIRA, Andréa Tereza Brito; ALBUQUERQUE, Eliana Borges C. de; MORAIS, Artur Gomes de; FERREIRA, Josemar Guedes. Práticas dos professores alfabetizadores da EJA: o que fazem os professores, o que pensam os seus alunos? *Educação em Revista*. Belo Horizonte, v. 29, n. 03, p. 177-198, set. 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982013000300008 Acesso em: 15 nov. 2020.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática de liberdade*. 23ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 15ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

FREIRE, Paulo. *Professora sim, tia não: Cartas a quem ousa ensinar*. 12ª ed. São Paulo: Olho D'Água, 2002.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; DI PIERRO, Maria Clara. *Preconceito contra o analfabeto*. São Paulo: Cortez, 2007.

HADDAD, Sergio; SIQUEIRA, Filomena. Analfabetismo entre jovens e adultos no Brasil. *Revista Brasileira de Alfabetização – ABAlf*, Vitória, ES, v. 1, n. 2, p. 88-110, jul/dez, 2015. Disponível em: <http://revistaabalf.com.br/index.html/index.php/rabalf/article/view/81> Acesso em: 17 out. 2020.

IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua* (PNAD Contínua) 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/indicadores> Acesso em 13 nov. 2020.

INEP. Matrículas na educação de jovens e adultos caem; 3,3 milhões de estudantes na EJA em 2019. In: *Censo Escolar*, 10 fev. 2020. Disponível em: http://inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/matriculas-na-educacao-de-jovens-e-adultos-cai-3-3-milhoes-de-estudantes-na-eja-em-2019/21206 Acesso em: 18 out. 2020.

LEAL, Telma Ferraz; MORAIS, Artur Gomes de. O aprendizado do sistema de escrita alfabética: uma tarefa complexa, cujo funcionamento precisamos compreender. In: LEAL, Telma Ferraz; ALBUQUERQUE, Eliana Borges Correia de; MORAIS, Artur Gomes de (Orgs.). *Alfabetizar letrando na EJA: fundamentos teóricos e propostas didáticas*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

SCHNEIDER, Sonia Maria. Aprendizagem na educação de pessoas jovens, adultas e idosas. In: FERNANDES, Andrea da Paixão; LOPES, Paula Cid (Orgs.). *O cotidiano escolar de crianças, jovens e adultos em roda de conversas*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2020. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/smcb9/pdf/fernandes-9786587949024-07.pdf> Acesso em 13 out. 2020.

SOARES, Magda Becker. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. *Revista Brasileira de Educação*. Rio de Janeiro, n. 25, p. 5-17, Abr. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/n25/n25a01.pdf> Acesso em 17 out. 2020.

SPALA, Fátima T.; MACHADO, Maria Letícia C. A.; LOPES, Paula da S. V. C. Relações entre componentes curriculares e modos autorais de ensinar na alfabetização. *Revista Contemporânea de Educação*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 27, maio/ago, 2018. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/15540> Acesso em 14 out. 2020.

VÓVIO, Cláudia Lemos. Alfabetização de pessoas jovens e adultos: outras miradas, novos focos de atenção. In: SAMPAIO, Marisa Narciso; ALMEIDA, Rosilene Souza (Orgs.). *Práticas de Educação de Jovens e Adultos: complexidades, desafios e propostas*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

ZACCUR, Edwiges. Alfabetização de jovens e adultos: diálogo entre culturas e saberes. In: MEDEIROS, Cecília C. da; GASPARELLO, Arlette; BARBOSA, Jorge Luiz (Orgs.). *Educação de jovens, adultos e idosos na diversidade: saberes, sujeitos e práticas*. Niterói, RJ: UFF/CEAD, 2015.

Recebido em: 21/11/2020

Aceito em: 17/11/2021